



DESENHO E DINÂMICA INTRAURBANA DE UMA VILA NO RECÔNCAVO BAIANO SETECENTISTA À LUZ DA CARTOGRAFIA/ICONOGRAFIA HISTÓRICA

Adriano Bittencourt Andrade
Instituto Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil
abittandrade@gmail.com

RESUMO – Este artigo analisa a dinâmica intraurbana da vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, erigida em 1698, no Recôncavo baiano. À luz de pesquisa documental e secundária, apresenta a rede urbana regional e destaca a principal nodalidade interior. O texto avalia a morfologia urbana a partir da iconografia feita pelo Juiz de Fora, Joaquim de Amorim Castro, no ano de 1792. Objetiva destacar as principais unidades construídas e estabelecer linhas de análise sobre a dinâmica territorial no interior da vila e dela com a sua região. O artigo traz como resultados a apresentação dos elementos constitutivos da sede da vila de Cachoeira e os tênues os limites e intensas ligações entre as pequenas sedes das vilas (formações urbanas) e o imenso espaço rural mais populoso, produtivo e onde se encontrava disperso o poder econômico e político da região. Conclui que a formação urbana não era apenas a sede da vila em si, mas ela e os liames, materiais ou não, que a entrelaçavam com o espaço povoado/produtivo contíguo. As decisões ali tomadas se propagavam pelo território da vila fazendo com que a extensão simbólica, política e administrativa fosse para além da base material da sua sede.

Palavras-chave: Vila de Cachoeira; Século XVIII; Morfologia urbana; Cartografia histórica; Recôncavo baiano no Brasil.

DESIGN AND INTRA-URBAN DYNAMICS OF A TOWN IN THE RECÔNCAVO OF BAHIA IN THE EIGHTEENTH CENTURY IN THE LIGHT OF CARTOGRAPHY/HISTORICAL ICONOGRAPHY

ABSTRACT – This article analyzes the intra-urban dynamics of the town of Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, built in 1698, in the Recôncavo region of Bahia. In the light of documentary and secondary research, it presents the regional urban network and highlights the main interior nodality. The text evaluates the urban morphology based on the iconography made by the Outside Judge, Joaquim de Amorim Castro, in 1792. It aims to highlight the main built units and establish lines of analysis on the territorial dynamics within the town and between the town and its region. The results of the article include a presentation of the constituent elements of the seat of the town of Cachoeira and the tenuous boundaries and intense links between the small town seats (urban formations) and the immense rural space which was more populous, productive and where the region's economic and political power was dispersed. Its concludes that the urban formation was not just the seat of the town itself, but the city and the links, material or otherwise, that intertwined it with the surrounding populated/productive space. The decisions made there spread throughout the town's territory, extending its symbolic, political and administrative reach beyond the material base of its seat.

Keywords: Vila de Cachoeira; 18th century; Urban morphology; Historical cartography; Recôncavo baiano in Brazil.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz uma análise da dinâmica intraurbana da vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, erigida em 1698, no Recôncavo baiano. À luz de pesquisa documental e

secundária, avalia a estrutura morfológica da principal nodalidade interior daquela rede urbana regional. O texto defende a tese de que a formação urbana e a morfologia resultante da conjunção de agentes de produção do espaço tinham repercussões diferentes nas diversas vilas do Brasil colonial e impactavam, a partir da sua erigção, na dinâmica regional alcançada pelos seus, via regra, longos termos.

Objetiva-se fundamentalmente apresentar as principais unidades construídas e dialogar com autores que defendem a prática habitual do que ficou conhecido como “urbanismo português”. Acredita-se que, não obstante uma prática construtiva comum a um relativo período, as experiências dispersas pelo imenso território colonial produziram resultados díspares frente às frouxas regulações ou práticas. Essa proposição é enfrentada a partir da análise do caso específico da referida vila de Cachoeira. Além desse objetivo central, pretende-se também identificar os principais equipamentos urbanos e, a partir da leitura crítica da organização desse espaço em tempos recuados, tentar estabelecer linhas de análise sobre a dinâmica territorial no interior da vila e dela com a sua região, identificando inclusive os principais agentes de produção daquele espaço.

A análise que aqui se propõe a fazer, não se restringe a produção material da sede da vila de Cachoeira visto que eram tênues os limites e intensas as ligações entre as pequenas sedes das vilas (formações urbanas) e o imenso espaço rural mais populoso, produtivo e onde se encontrava disperso o poder econômico e político da região.

Parte-se do entendimento que a vila era um conjunto assimétrico formado pelo território do termo e por pequenos ajuntamentos de pessoas dispostas na sede urbana e nos povoados vários (núcleos de freguesias, engenhos e pousos). Eram dois lados de uma mesma estrutura e, por isso mesmo, não pode ser entendida separadamente. As vilas existiam prioritariamente para viabilizar administrativamente o controle formal do território pelo projeto colonial, entretanto, a sua erigção criava um fato espacial novo, pois aquele "ponto" no espaço passava a exercer funções capitais de centralidade político-jurídico-administrativa sobre os grandes termos. Por outro lado, o campo era fundamental para dar sustentação econômica e, num primeiro momento, dinâmica social e presença populacional nos espaços urbanos.

Assim, a formação urbana não era apenas a sede da vila em si, mas ela e os liames, materiais ou não, que a entrelaçavam com o espaço povoado/produtivo contíguo. Por isso, acredita-se que avaliar a expansão urbana, naquele caso especificamente, passa pela análise do conjunto regional que nas ações diversas dos seus agentes produziram repercussões materiais na sede urbana.

Destaca-se aqui que o "urbano" para o Recôncavo baiano do início dos Setecentos, materialmente, não passava de um pequeno conjunto edificado, com relativa concentração de dezenas de construções que após o ato político da criação, congregava funções de controle sobre o vasto território do termo. Assim, as repercussões da ação urbana iam para além do núcleo urbano. As decisões das sedes se propagavam pelo território da vila, fazendo com que a sua extensão simbólica, política e administrativa fosse para além da material. Apesar da sua pequena extensão as formações urbanas se constituíam em nós da rede que se formava.

Acredita-se que analisar a organização e evolução desse espaço intraurbano é um passo fundamental para a apreensão da própria urbanização da região e, mais especificamente, da dinâmica que enlaçava as formações urbanas em rede. Ou seja, os espaços edificados não podem ser entendidos isoladamente, mas no conjunto complexo e articulado do qual faziam parte.

A partir dessas ponderações ratifica-se que, no escrito que segue, pretende-se avaliar a evolução urbana da vila de Cachoeira ao longo do século XVIII, notadamente no seu ocaso, quando o incipiente espaço urbano estava relativamente estruturado e seus principais edifícios religiosos e civis já levantados compondo uma formação urbana se impunha sobre a região. Utiliza-se para tanto o percurso metodológico orientado por Vasconcelos (1999 e 2002) onde se percorrem três

passos imbricados: contextualização multiescalar, identificação dos agentes modeladores e análise das transformações e permanências espaciais ao final do período estabelecido.

Esse estudo está sustentado na cartografia e iconografia histórica, bem como no embasamento teórico da Geografia Histórica. Utiliza-se amplamente de fontes documentais, com destaque ao termo de arrematação de obras de 15 de setembro de 1759 (FILHO, 1973, p.29).

O artigo está estruturado em duas seções internas, para além dessa introdução e das considerações finais: na primeira faz-se uma contextualização na escala global e regional identificando as nuances que influenciaram na produção daquele espaço urbano da vila de Cachoeira; no segundo, apresenta-se uma análise combinada entre imagens e documentos históricos que possibilitam entender a estrutura morfológica daquela que era a principal vila do Recôncavo baiano setecentista.

CONTEXTO HISTÓRICO DA VILA DE NOSSA SENHORA DO PORTO DA CACHOEIRA: A PRINCIPAL NUCLEAÇÃO INTERIOR DA REDE URBANA DO RECÔNCAVO BAIANO SETECENTISTA

O final do século XVIII encerra o período de "ouro" do conjunto Salvador e Recôncavo baiano. Vasconcelos (2002) assim já havia sinalizado na avaliação que fez das transformações espaciais ao longo da história da cidade de Salvador, ainda que tenha circunscrito a "idade do ouro de Salvador" entre 1650-1763, o autor registra a hegemonia comercial da capital da capitania da Bahia até a independência, em 1823.

Os últimos anos do século XVIII foram marcados, no contexto mundial, por movimentos em busca da independência política das colônias americanas, movimentos que também se refletiram no Brasil a exemplo das inconfidências mineira e baiana debeladas em 1789 e 1798, respectivamente.

Em 1777, viveu-se em Portugal a sucessão do trono com o falecimento de D. José I e empossamento de D. Maria I, com isso também se encerrava o "período pombalino" visto o posicionamento não reformista da rainha católica, crente e "piedosa".

Acontecimentos externos tiveram repercussões diretas no Recôncavo baiano, especificamente em relação ao valor dos principais produtos exportados pela região.

Ainda que se considere a oscilação no volume e preço da produção/exportação do açúcar baiano, Mattoso (2004, p.36) afirma que eventos externos como a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e as guerras da independência americana (1776-1783), desorganizaram "o comércio dos concorrentes do Brasil, ou sua produção (Haiti após 1790)", permitindo, nas três últimas décadas dos Setecentos, "ao açúcar brasileiro a reconquista parcial dos mercados externos".

Eventos internos também coadunaram para a retomada da importância econômica da lavoura canavieira, a exemplo da diminuição da produção mineira, da "introdução de novas técnicas na cultura e produção do açúcar" e de medidas pombalinas de estímulo à exportação e controle da qualidade da produção exportada como o fim da navegação por comboios anuais (1765) e a instituição e viabilização de funcionamento de órgãos de regulação do comércio (MATTOSO, 2004, p.36-37).

Esses acontecimentos externos e internos levaram a uma crescente alta dos preços e produção do açúcar do Recôncavo, ampliando a riqueza que circulava e a atratividade demográfica na região.

Também o tabaco viveu no último quartel do século XVIII o seu apogeu no comércio colonial fruto da ampliação do mercado interno e do maior alcance externo por conta da "guerra da independência dos Estados Unidos, a supressão do direito de entrada na Alfândega do Tabaco de Lisboa para o fumo de exportação e o envio de fumo de terceira qualidade para Portugal" (NARDI, 1996, p.162-163).

A subida do preço e aumento da produção dos frutos da lavoura canavieira e fumageira eram repercussões de um contexto mundial e do Brasil colonial que levaram a sensíveis alterações na configuração espacial das formações urbanas do Recôncavo baiano, principal região produtora desses dois itens da pauta de exportação brasileira. Especialmente se considerar o cenário local de uma região relativamente urbanizada, comandada economicamente pela produção rural, mas, cruzada por caminhos hídricos e terrestres que articulavam as cinco vilas interiores entre si e com outras áreas povoadas/produativas e ao porto exportador de Salvador.

No caso da vila de Cachoeira, principal nodalidade interior da rede urbana do Recôncavo baiano no século XVIII, é possível identificar as mais significantes transformações espaciais intraurbanas à luz da documentação escrita, de mapas conjecturais (Figura 2), mas principalmente a partir de dois registros iconográficos de 1792 e 1816 (Figuras 1 e 3, respectivamente) que revelam com riqueza de detalhes a disposição espacial e suntuosidade material dos principais edifícios daquela vila.

Sobre essa configuração na escala local, uma representação dos oficiais da Câmara de Cachoeira, na penúltima década do século XVIII, dá sinais acerca da estruturação espacial daquela vila. Neste documento em que se pleiteia à rainha verbas para a reconstrução do edifício camarário e autorização para cobrança de imposto pela passagem do rio Paraguaçu como forma de ampliar as receitas, caracteriza-se a vila como

“huá das mais notaveis de toda esta Cap.nia tanto p.la sua população como p.lo comércio, por ser o seo destricto o da plantação do tabaco, e o porto donde se embarca a mayor p.te do referido genero, ‘q vay p.a a Caza do pezo da Cid.de da Ba. já p.los nobres edeficios de Templos e Cazas, ‘q a fazem brilhante so lhe falta hua Caza de Camera decente e co as seguras enecessarias cadeas, p.a os prezos, ‘q sempre em numero gr.de a estão escapando [...] situada nas margens do Rio Peruassú e fica fronteira a húa pequena povoação chamada de Porto de S. Felix, ‘q he estrada de todas as minas, e hua frequente passagem de dia e de noite para esta villa”. (AHU, Doc.13425, 18 jun.1789).

Considerando a importância da vila, os oficiais sugerem utilização dos rendimentos derivados do repasse do terço à Coroa, "como V.Mag.e o tem facultado a outras villas desta Com.ca em ig.es precisoens como forão a de Jag.e, Vila de Santo Amaro, e Marag.pe", e a cobrança de pedágio no intenso fluxo na travessia do rio Paraguaçu entre os portos de São Félix e Cachoeira como formas de arrecadar valores suficientes à reconstrução e embelezamento da Casa de Câmara e Cadeia.

A análise do balanço das despesas e receitas da Câmara dos anos de 1783 a 1788 (AHU, Doc.13429, 1788) possibilita entender quais as principais demandas e dá pistas sobre a configuração espacial daquela vila ao final dos Setecentos. Pode-se fazer uma avaliação deste documento a partir da leitura da Tabela 1 que organiza e transcreve parte do texto original do referido balanço.

Sobre as receitas ordinárias, percebe-se inicialmente um valor que oscila ao longo do período registrado (1783 a 1788) alcançando as maiores altas nos anos intermediários de 1785 a 1787.

A variação da receita ordinária da Casa da Câmara estava diretamente ligada à cobrança de contratos de rematação e pagamento da terça real, somando-se ao resultado os rendimentos eventuais como a liberação de repasse de parte da "tersa" para concerto de calçadas. É significativo observar que entre o ano de maior arrecadação (1785 com 2.144\$677 réis) e o de menor (1783 com 1.334\$911 réis) havia uma diferença de mais de mil réis, o que sinaliza variação no volume de comércio e repercussão nos valores pagos à Câmara por pesos e medidas. Da mesma forma, esse balanço dá indícios das possibilidades de acúmulo de receitas da vila de Cachoeira em função do seu comércio e da concentração demográfica no local.

Em relação às despesas ordinárias, além da parte da receita destinada à Coroa, aparecem os gastos com as festividades religiosas e civis e as despesas originárias do pagamento da folha (inclusive aluguel de casas para funcionários). Em nenhum dos anos relacionados no documento as receitas suplantaram as despesas, ou seja, o balanço das contas da Câmara de Cachoeira, não obstante a sua maior arrecadação em relação às demais do Recôncavo, era deficitário, necessitando, invariavelmente de socorro financeiro por parte da Coroa.

A relação das despesas extraordinárias desses seis anos revela pistas sobre a intervenção da Câmara no espaço da vila, a exemplo dos custos com o "concerto na ladeira dos Olhos d'água", em 1783, compra de "sepos p.a a caza do açougue" e "ferrage p.a a Cadea", em 1784, "concerto do caes", em 1785, e obras na Casa de Câmara e Cadeia em todo o período. Ratifica-se com essa indicação os gastos com o calçamento das ruas e ladeiras em função da intensa passagem de carros e pessoas e a priorização das três unidades públicas que representam bem a centralidade político-administrativa e comercial da vila de Cachoeira: a Casa da Câmara e Cadeia, o cais e o açougue.

Tabela 1. Conta geral das receitas e despesas da Câmara da vila de Cachoeira – 1783-1788.

Ano 1783	
Receitas Ordinárias:	Despesas e balanço:
Da rematação dos talhos com a carne a 480 o arretel 1.600\$000	Despesa Ordinaria
Da rematação das balanças gr.des, e pezos de ferro 72\$200	P.a as festivid.es de Corpo de D.s Vizit.m e Anjo Custodio 378\$980
Da rematação das medidas redondas, quadradas e compridas 82\$000	Ao D.or Juis de Fora das suas propinas ordinarias 260\$840
Da rematação das balanças pequenas e marcos 8\$800	P.a o aluguer da caza da sua residencia 40\$000
Soma 1.763\$000	Ao Ez.mor da Cam.a do Seo ordenado 60\$000
Extrahida a Tersa Real, 'q importa 587\$666	Ao Secretário do Ultramar 24\$000
Fica liquido p.a o Conselho 1.175\$334	De ezmola a Caza Santa 4\$000
Rendimento dos dez reiz dos Rolhos obrigados aos concertos das calçadas, de'q senão tira Tersa 147\$270	Ao Cirurgião do partido 40\$000
Soma o rendm.to certo deste anno 1.322\$604	Ao relojero 20\$000
Rendimento incerto deste anno proveniente das condenações extrahida a Tersa Real 12\$307	Ao Sarg.to mor, e seo Ajud.e de seos soldos 708\$480
Soma todo o rendim.to certo, e incerto deste anno 1.334\$911	Soma a despeza ordinaria 1.536\$300
	Despeza extraordinaria
	Concerto na Ladeira dos Olhos d'ágoa \$640
	Outros concertos, e miudezas 124\$035
	Outras despezas por cum rol 51\$265
	Soma de toda a despeza deste anno 1.709\$240
	Importou o rendimento infronte 1.334\$911
	Ficou o Concelho alcansado em 374\$329
Ano 1784	
Receitas Ordinárias:	Despesas extraordinárias e balanço:
[...]	[...]
Soma o rendm.to certo deste anno 1.466\$110	De Ajuda de Custo acum engeitado 4\$000
Rendimento incerto das condenações extrahida a Tersa Real 15\$554	Deseis sepos p.a a caza do açougue 8\$640
Soma todo o rendim.to certo, e incerto deste anno 1.481\$664	De ferrage p.a a cadea 2\$840
	De emolumentos ao D.r correg.or, e seo Ger.m 52\$024
	De ajuda de custo ao Ger.m da Cam.a 64\$000
	De ajuda de custo ao Alcaide 12\$000
	De ajuda de custo aos doiz porteiros 12\$000
	Importou a desps.za extraordinaria 155\$471
	Soma de toda a despeza deste anno 1.688\$786
	Importou o rendimento infronte 1.481\$664
	Ficou alcansado o Concelho em 207\$122
Ano 1785	
Receitas Ordinárias:	Despesas extraordinárias e balanço:

<p>[...] Soma todo o rendim.to deste anno 2.144\$677</p>	<p>[...] Ao administrador da Caza do Asougue 40\$000 Obras de ferro p.a a cadea 33\$600 Propinas ao Dr. Juiz de Fora das chegadas dos Exc.mos Snr.es governador e Arceb.o 163\$840 Do concerto do caes \$720 Despeza 'q fez o Procurador 1\$600 Despezas 'q mais fez o Procurador 15\$360 Importou a desps.za extraordinaria 255\$120 Soma de toda a despeza deste anno 1.783\$935 Importou o rendimento infronte 2.144\$677 Ficou alcansado o Concelho em 360\$742</p>
<p>Ano 1786</p>	
<p>Receitas Ordinárias:</p> <p>[...] Soma todo o rendim.to deste anno 1.724\$244</p>	<p>Despesas extraordinárias e balanço:</p> <p>[...] Aluguer de hua caza p.a o Meirinho da Corr.m 2\$880 Obras p.a o recebim.to do Ilm.o, e Exe.mo Sr. Gen.l 149\$120 Mais despesas p.a o mesmo recebimento 135\$000 Concertos e reparos da cadea 174\$930 Ao pintor de retocar a Imagem de São Jorge, e São Christóvão 27\$680 Propinas dos cazam.tos dos Serenissimos Snr.es Inf.es 490\$000 Luto da Snr. Raynha D. Maria Victoria 40\$000 Luto delRey D. Pedro ao D.r Prezid.te 80\$000 Luto ao Tezour.o 40\$000 Obras de ferreiro p.a a Camara 51\$440 Luto a os vereadores 160\$000 Luto ao Alcayde 12\$000 Luto ao Porteiro 6\$000 Luto ao segundo porteiro 6\$000 Luto ao Eser.m do Alcaide 6\$000 Obras e concertos 'q fez o Procurador 256\$420 Importou a desps.za extraordinaria 1.637\$470 Soma de toda a despeza deste anno 3.144\$835 Importou o rendimento infronte 1.724\$244 Ficou alcansado o Concelho em 1.420\$594</p>
<p>Ano 1787</p>	
<p>Receitas Ordinárias:</p> <p>[...] Soma todo o rendim.to deste anno 1.859\$417</p>	<p>Despesas extraordinárias e balanço:</p> <p>[...] Luto Del Rey ao Procurador Sislvr.a 40\$000 Despeza com os reparos, e concertos da Cadea e caza da apozentadoria da Cam.a 257\$035 Despezas 'q fez o Hescr.o 44\$360 Concerto, e reparo da Imagem de São Jorge 16\$745 Concerto e reforma da caza do assouge 201\$155 Despeza com os Engenheiros 2\$250 Foros 'q se devião do curral do concelho 140\$000 Mais despesas com as Cazas da Cam.a e seos moveis 28\$280 Ajuda de custo ao Oratorio da Cadea 10\$800 Importou a desps.za extraordinaria 739\$825 Soma de toda a despeza deste anno 2.269\$145 Importou o rendimento infronte 1.859\$417 Ficou alcansado o Concelho em 409\$728</p>

Ano 1788	
Receitas Ordinárias:	Despesas extraordinárias e balanço:
[...] Soma todo o rendim.to deste anno 1.489\$320	[...] P.a as festivid.es do Corpo de Deos, vizit.m, e Anjo Custodio 305\$480 Das propinas, e mais despesas ordinarias 1.157\$320 Soma a despeza ordinaria 1.462\$800 A extraordinaria ainda se não liquidou.

Fonte: AHU (Doc.13429, 1788). Elaboração: Autor.

Havia também despesas eventuais com eventos cívicos e religiosos (a construção dos edifícios eclesiásticos ficava à cargo dos irmãos, das esmolos particulares ou da Coroa) a exemplo dos gastos com o luto ou casamentos no Reino e das propinas para festividades da Igreja. Registrou-se no ano de 1786, despesas extraordinárias feitas por conta da visita do Governador Geral à vila, o que também sinaliza a sua importância para o controle e uso do espaço regional.

Em diversos casos lança-se no balanço de despesas o pagamento a serviços de terceiros como relojoeiro, cirurgião, pintor, ferreiro, engenheiros e, implicitamente, mestres de obras. Atividades típicas de uma formação urbana que se densificava e possuía demandas contínuas desses serviços ao final do século XVIII.

Fez-se também, no período documentado, uma série de gastos com pagamento de aluguéis e foro, o que dá ideia dos ganhos de terceiros com a propriedade em meio urbano, da mesma forma que sinaliza para a necessidade premente de novas construções residenciais a serem ocupadas por funcionários da Coroa.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DE CACHOEIRA AO FINAL DO SÉCULO XVIII

A observação da configuração espacial da vila de Cachoeira ao final do período estudado, bem como as principais transformações em relação ao início e meado do século XVIII, fica mais evidente com a análise das duas imagens da cartografia histórica e do mapa conjectural que seguem. A primeira imagem é de 1792 e acompanhou uma descrição da vila feita pelo juiz de fora de então (Joaquim de Amorim e Castro) para o ministro Martinho de Mello Castro (AHU, Doc.14894, 30 jun.1792)¹. A segunda imagem é a continuidade do trabalho de criação de mapas conjecturais da vila de Cachoeira desenvolvido pelo convênio UFBA/IPHAN (1976). A terceira imagem deriva de um desenho feito no início do século XIX (1816) que acompanhava um pedido de construção de uma ponte sobre o rio Paraguaçu entre a Vila de Cachoeira e o povoado de São Félix.

Ratifica-se aqui que a cartografia/iconografia histórica se constitui em instrumento fundamental para a busca pelo entendimento de dinâmicas espaciais pretéritas. Com todas as ressalvas cabíveis ao forte cunho ideológico e às intenções explícitas e implícitas do desenho, esses documentos apresentam percepções paisagísticas com diversidade de informações que orientam e dão pistas sobre a estrutura de um dado espaço. Esse é um instrumento decisivo para os estudos de Geografia histórica que, na essência, orientam-se na busca pela configuração de um recorte espaço-temporal lastreada em documentação contemporânea ao período estudado. Ocupando lacunas de fontes documentais escritas ou complementando a análise destes, a cartografia/iconografia histórica revela o espaço na disposição e distribuição das suas formas.

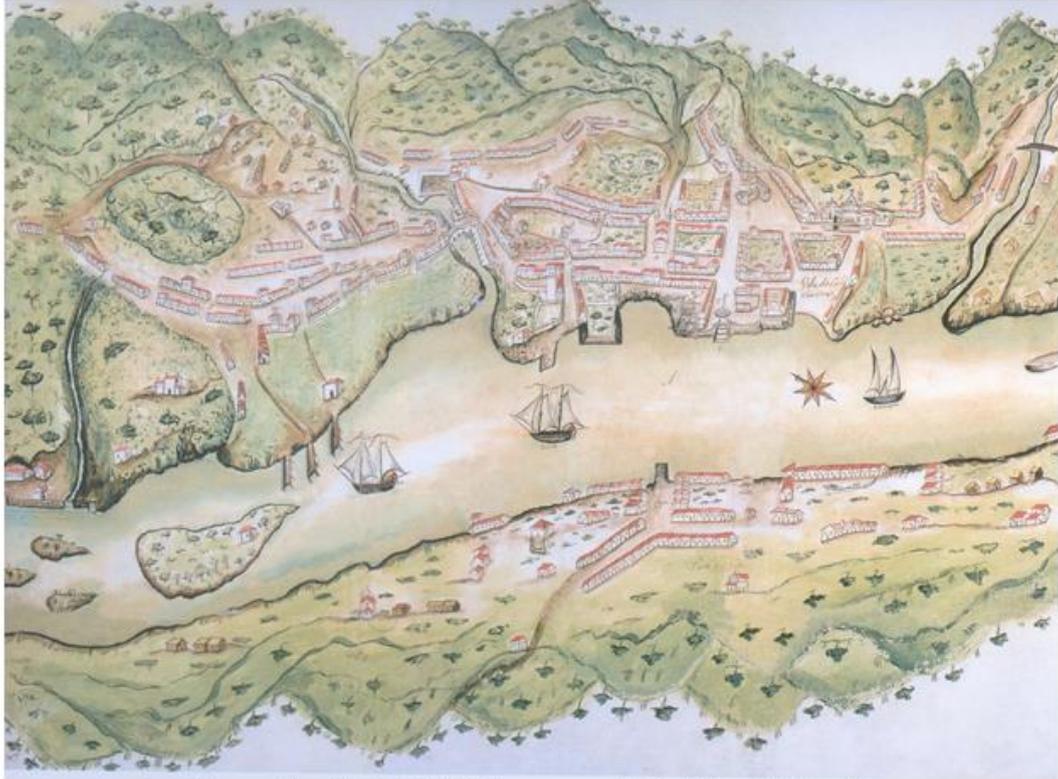
As três imagens que seguem (Figuras 1, 2 e 3), aproximadas temporalmente, detalham o desenho urbano da vila de Cachoeira e do povoado de São Félix, apresentando os principais

¹ Esse mapa não foi encontrado no AHU. No documento há apenas um conjunto iconográfico com folhas de tabaco e especulações sobre a flora local, daí a indicação da sua fonte a partir do resgate feito por Reis Filho (2001).

edifícios da faixa lindeira ao rio e revelando a dimensão do espaço urbano de Cachoeira articulando engenhos, povoados e vilas à cidade de Salvador e ao restante do Império Colonial Português.

A partir de fontes documentais, relaciona-se abaixo as principais características da configuração espacial da vila de Cachoeira ao final do século XVIII.

Figura 1. Desenho da vila de Cachoeira por Joaquim de Amorim Castro, 1792.



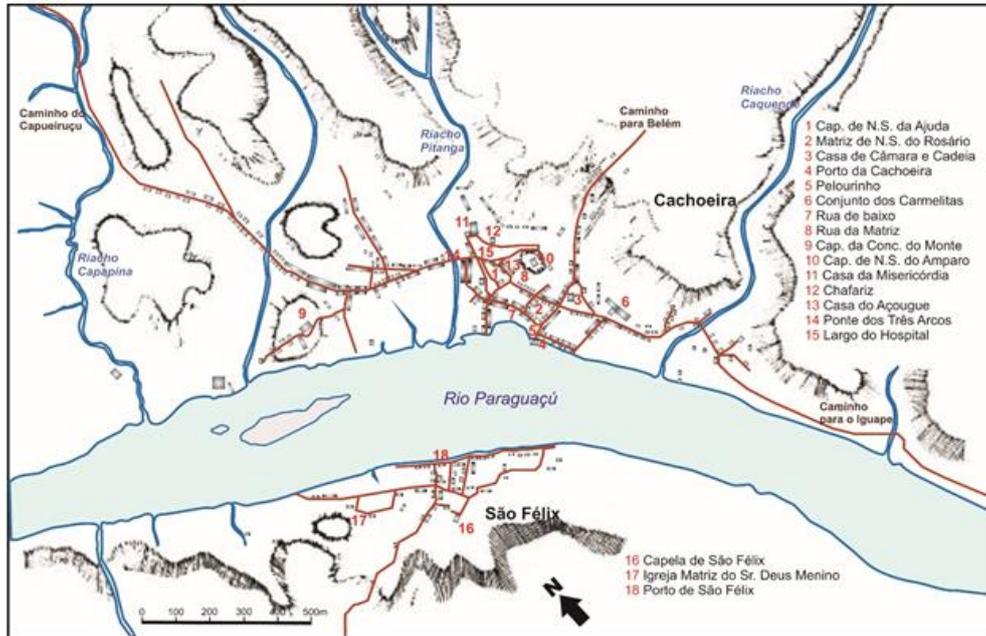
Fonte: New York Public Library *apud* Reis Filho, 2001, p.55

(1) Em primeiro lugar, a mera observação das imagens do sítio da vila de Cachoeira no início e ao final dos Setecentos, possibilita verificar como se avolumou o conjunto edificado ao longo dos cem primeiros anos de emancipação política. Alie-se a isso a suntuosidade das construções, também visível na análise da paisagem, e o movimento daquele entreposto comercial, conforme revelam os documentos. Nesse sentido, Cachoeira assumia, também materialmente, a posição de principal nodalidade interior da rede urbana regional.

(2) Os elementos naturais, desde sempre norteadores da ocupação do sítio, mostram-se ainda mais evidentes à medida da expansão da mancha urbana. Eles se constituíam em referências, obstáculos e/ou caminhos essenciais ao ato colonizador e, no caso das imagens do final do século XVIII, é possível verificar as duas serras (Muritiba e Timborá) que margeavam o volumoso rio Paraguaçu, os riachos do Caquende e Pitanga, a essa altura, já incorporados à mancha urbana, e as marcas das linhas de expansão urbana que seguiam as fraturas do terreno elevado, na direção dos diversos caminhos que partiam da vila.

(3) A mancha matriz da sede da vila de Cachoeira aparece clara e suntuosa ao final da centúria. A vila se espalhou em torno de um polígono imaginário (Figura 4) formado pela Casa da Câmara e Cadeia, Conjunto do Carmo, Pelourinho/Cais e igreja Matriz (inicialmente com função ocupada pela Capela da Ajuda). Ao longo dos Setecentos, essas construções foram reformadas e embelezadas a partir do aporte de recursos que circulavam pela vila e pairavam na sua sede revelando um período de riqueza regional.

Figura 2. Mapa conjectural da vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, em 1800.

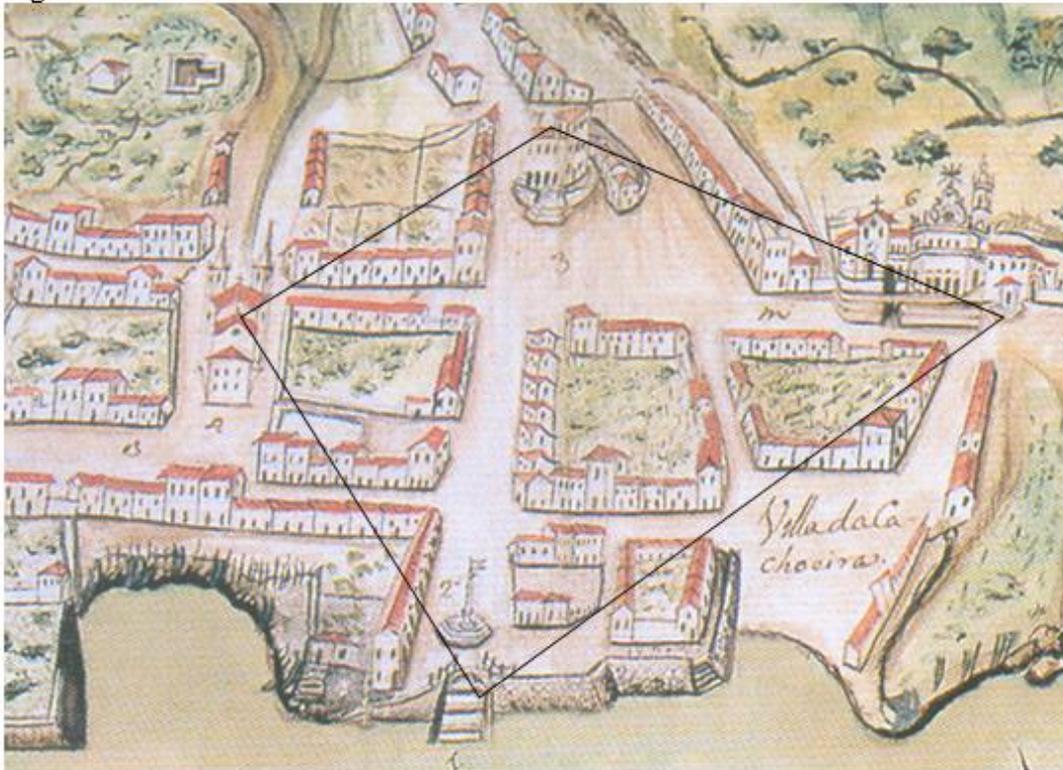


Fonte: UFBA/IPHAN, 1976.

Figura 3. Sede da vila de Cachoeira e povoado de São Félix no início dos Oitocentos.



Fonte: Arquivo Público Nacional _ Fundo: Ministério do Reino – Código 57_ map 1_CODAC_1816

Figura 4. Mancha Matriz da vila de Cachoeira.

Fonte: Recorte da imagem "Vila de Cachoeira" (NEW YORK PUBLIC LIBRARY *apud* REIS FILHO, 2001, p.55).

(4) Especialmente em relação à mancha matriz, mas também presente no restante da vila, percebe-se uma tendência ao alinhamento, distanciamento (fundamental para a circulação dos carros com cargas) e regularidade do arruamento. Houve ao longo do século XVIII uma série de obras de manutenção, alinhamento, recuperação e ampliação de calçadas, ladeiras e caminhos da vila, a exemplo do termo de arrematação de obras de 15 de junho de 1758 (FILHO, 1973, p.19) que recomendava fazer "todos os desmontes necessários para se assentar e faser de novo a mesma calçada [na ladeira do Capoeiruçu] em linha recta encostada pela parte do poente". Uma clara tentativa de ordenamento urbano no sentido da expansão da ocupação da vila. A mesma ladeira é objeto de outros termos de arrematação, como o de 27 de janeiro de 1759, no qual se determina o alargamento das vias para que "possão passar livremente dois carros para Se evitarem os imbarços que Succedem haver nos encontros dos que descem e Sobem".

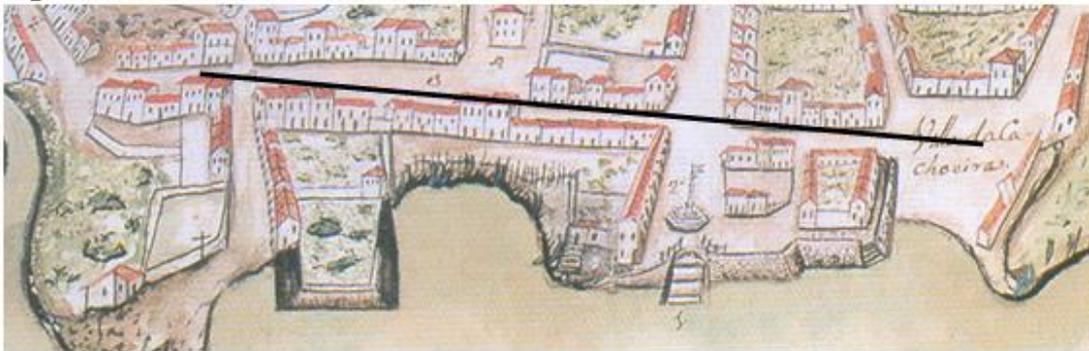
Essa preocupação com a linearidade, visível nas Figuras 5 e 6, certamente tomava todo o núcleo urbano, porém se acentuava nas ruas de ocupação pretérita e de maior circulação. Houve, desta forma, várias obras encomendadas (FILHO, 1973) para a principal rua da vila que seguia desde o Carmo, passando pela praça da Câmara, rua da Matriz e chegava ao hospital, junto à ponte que ligava ao "pasto" ou rossio.

² Ibid., p.23-24.

Figura 5. Rua principal da vila de Cachoeira ao final dos Setecentos.

Fonte: Recorte da imagem “Vila de Cachoeira” (NEW YORK PUBLIC LIBRARY *apud* REIS FILHO, 2001, p.55)

(5) Uma outra rua que se destacava no conjunto edificado de Cachoeira era a Rua de Baixo (Figura 6). Um significativo conjunto de construções lindeiras ao rio Paraguaçu e paralela à praça da Câmara e rua da Matriz, onde se concentravam as atividades comerciais/portuárias da vila com a presença dos cais, trapiches, armazéns, mercados de secos e molhados e uma ativa vida comercial que possuía alcance regional.

Figura 6. Rua de Baixo da vila de Cachoeira ao final dos Setecentos.

Fonte: Recorte da imagem “Vila de Cachoeira” (NEW YORK PUBLIC LIBRARY *apud* REIS FILHO, 2001, p.55)

(6) Iniciando uma observação mais pontual, verifica-se na vila de Cachoeira ao final dos Setecentos, um domínio dos edifícios religiosos na paisagem urbana; nas extremidades da vila de Cachoeira aparecem o Conjunto do Carmo, ao sul e a igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte, de 1746, ao norte, localizada numa cumeada junto ao local onde seria projetada a ponte do rio Paraguaçu; ao centro da mancha urbana aparecem a igreja Matriz, de fundo para o rio, e a capela de Nossa Senhora d’Ajuda, nicho original daquela formação urbana, além dessas há algumas outras construções religiosas demarcadas com cruzeiros, a exemplo da Santa Casa de Misericórdia e da Capela de Nossa Senhora do Amparo. A presença física da Igreja Católica revela o importante papel deste agente na ocupação e organização do espaço colonial. Ratifica-se aqui que além dessas unidades construtivas supra relacionadas havia uma série de congregações e confrarias que agregavam grupos e promoviam segmentações em relações sociais, no meio urbano, cada vez mais diversas e complexas.

Sobre estas, abundam exemplos na documentação histórica, como a confirmação de compromisso dos irmãos da Ordem Terceira dos Cordigeros da Penitência (AHU, Doc.14785, 1798) e da Irmandade de N.S. do Amparo dos homens pardos, erecta na Igreja Matriz da villa de Cachoeira (AHU, Doc.14597, 1791), ou o requerimento "do Juiz e Irmãos da Irmandade do SS. Sacramento, erecta na Matriz da villa da Cachoeira, no qual pedem que fosse mantido o seu antigo privilégio de exigirem que os seus irmãos sacerdotes pagassem as dividas á Irmandade com os seus serviços" (AHU, Doc.21606). Típicos exemplos de relações sociais mediadas pelas

Irmandades. Ainda sobre a presença da igreja secular, regular e confrarias na formação urbana de Cachoeira, destaca-se o seu papel como unidade de produção de centralidade e pela atração de fluxos regulares com alcance supralocal através da promoção de festas, procissões, missas, como entidades assistenciais – hospital, educação e reclusão – ou coletoras de esmolas de irmãos dispersos pelo Recôncavo.

(7) Um outro aspecto pontual na análise das imagens, ainda mais evidente no traço das Figuras 1 e 3, é a suntuosidade e quantidade dos sobrados, o que revela um espaço ocupado e relativamente densificado, mas, principalmente, expõem a riqueza que circulava na região e tomava formas materiais na área de maior movimentação e concentração humana. As casas urbanas que, por longo tempo, se constituíam em segundas residências, foram, à medida do volume de importância e negócios da localidade sendo definitivamente utilizadas, inclusive pela nova classe comercial que se instalava nas vilas e cidades, além dos prestadores de serviços tipicamente urbanos.

(8) O porto fluvial de Cachoeira era o último ponto navegável no Paraguaçu, rio fundamental no processo de interiorização da colonização da região. Principalmente por isso, o porto da Cachoeira era pouso obrigatório para as tropas que circulavam dos sertões e minas para o controle alfandegário no porto de Salvador.

Na Figura 4, o porto aparece junto ao largo do pelourinho, no cais de maior movimentação da vila. Como se pode ver nas imagens, havia outros cais particulares e, possivelmente em meados do século, Antonio Paes Cardoso de Sa, "Capitão de hua das capitánias da Cavalaria Auxiliar do Regimento da villa da Cachoeira", escreveu um instigante documento pleiteando, em troca da construção (reconstrução) do cais, o monopólio na venda de pescados e outras mercadorias. Registrou-se então que:

“Construído assim o dt.o caes [...] pela sua mesma largura, capacidade, e aptidão era summamente accomodado para ali se formar hua como Praça, ou Ribeira de peixe donde deverem e forem obrigados a portar os Pescadores, para ahi venderem os seus pescados e onde os fosse o povo comprar, em detrimento das pessoas dos Individuos delle, que para isso ahi concorressem”.(AHU, Doc 15, s/d).

O suplicante sugere ainda que tal cais e ribeira seria feito "a imitação da Ribeira do Peixe desta Corte, e Cidade de Lx.a", de tal forma que o pleito foi publicado pela Câmara, porém encontrou a restrição feita pelo Ouvidor da Comarca que "não hajão ali por aquelles contornos vendas, ou tavernas de vinhos, e agoas ardentes", uma referência ao comércio habitual junto ao cais, ainda mais se considerando que Antônio Paes Cardoso de Sá também possuía alambique e venda naquela localidade.

Apesar do questionamento, o cais foi concluído e o solicitante ratificava o seu pleito junto à Coroa, como se registra no mesmo documento:

“recebeo o Povo com a construcção daquelle caes, ou Rib.ra do Peixe, sendo mais attendivel o decoro, e formozura, que recebe a Villa com a mesma Ribeira de peixe, / qye i syo,e queria formozeando mais, levantandolhe , como tem determinado, hua varanda aberta, onde se acolhão os vendedores de peixe [...] conceda a graça de mandar, que somente ali naq.e Caes se venda o Pescado, sendo os pescadores obrigaso a levalo aqulle d.to porto, onde sempre forao costumados a aportar por virtude daq.le V. Acordão da Vereação, e Despco do D.r Ouv.dor da Com.ca e alem disso que so no d.to sitio se venda tambem feijão, milho, arroz, farinhas e tudo o mais que se costuma vender publicamente ao povo, p.a o que se obriga o Sup.e alargada sua --- mais a caza que ali serve de receptaculo ao povo”. (Ibid.).

Indícios da presença de fidalgos e de ganhos a partir da oferta de serviços no meio urbano, notadamente, de serviços com alcance regional, visto que o abastecimento pelas vilas fluviomarítimas articulavam todo o entorno da baía de Todos os Santos. Da mesma forma, há no referido documento pistas sobre a intensa vida comercial na rua de Baixo da vila de Cachoeira e a chegada de mercadorias para a subsistência da vila que, especialmente ao final do século XVIII, se adensava demograficamente e já não possuía autonomia produtiva.

(9) Como uma necessidade para a mobilidade urbana e melhor circulação nos caminhos e estradas de acesso à vila em direção ao cais, os riachos Pitanga e Caquende que outrora limitavam a mancha urbana da vila de Cachoeira tinham que ser atravessados. Desta forma, na segunda metade do século XX foram construídas pontes (Figura 7) sobre essas passagens de águas fluviais que se avolumavam nas chuvas e enxurradas.

Figura 7. Pontes sobre riachos da vila de Cachoeira ao final dos Setecentos.

Ponte sobre o Caquende.



Fonte: Recorte da imagem "Vila de Cachoeira" (NEW YORK PUBLIC LIBRARY *apud* REIS FILHO, 2001, p.55).

Ponte sobre o Pitanga.



Fonte: Arquivo Público Nacional_Fundo: Ministério do Reino – Código 57.map 1_CODAC_1816.

A primeira referência documental encontrada à ponte dos Arcos que permitia a travessia do riacho Pitanga aparece no termo de arrematação de obras de 15 de setembro de 1759 (FILHO, 1973, p.29) quando se pedia informação acerca do "menor lanço em que andava a braça do concerto das calçadas das ruas d'esta Villa e da rua de baixo d'esta Villa [...] e d'ahi até a ponte que vai para o pasto e da que vem da mesma ponte para a da Matriz e a que vai da Ponte para o pasto". No limite sul da vila, a obra sobre as águas do riacho Caquende são encomendadas no termo de primeiro de setembro de 17703, quando o porteiro da Câmara publicou um termo para arregimentar obreiros à procura dos "menores lanços das obras da calçada e ponte junto a ordem terceira e a do concerto do cais e linguetas do mesmo" que acabaram sendo arrematados pelo mestre pedreiro Caetano da Silva Solidade.

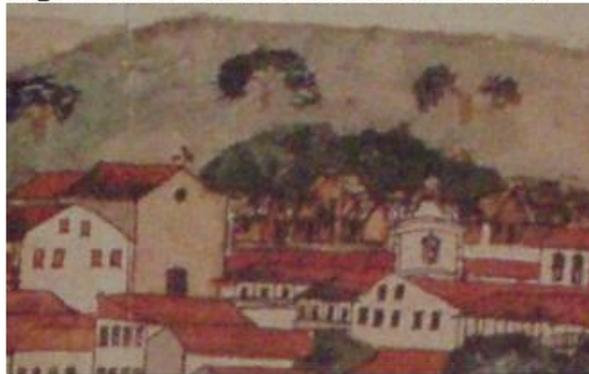
(10) Antes da passagem do riacho Pitanga e próximo à Misericórdia, estava o Açougue e adiante o Curral do Conselho de Cachoeira. Unidades também referenciadas em obras públicas⁴ que reforçam os indícios sobre a presença da carne vermelha na base alimentar da população do Recôncavo e também acerca da necessidade de abastecimento externo dos maiores ajuntamentos demográficos. O gado chegava pelos caminhos que cruzavam a rede regional tangidos tanto por produtores do entorno que os criavam concomitantemente com outros produtos ou das feiras de gado do norte da região com reses que vinham dos sertões.

³ Ibid. p.66-67.

⁴ Ibid. p.45 e 54.

(11) Havia na vila de Cachoeira do final dos Setecentos três praças: a da Casa da Câmara e Cadeia e da do Pelourinho que foram criadas no momento de erigido da vila e, posteriormente, a praça da Misericórdia ou do Hospital aquém do riacho Pitanga. Esta última foi objeto de uma polêmica (AHU, Doc. 12533, 17 jun.1787) a partir da intenção do juiz de fora Joaquim de Amorim Castro de construir um chafariz no local. A obra foi encomendada no termo de arrematação de 24 de março de 1781 (FILHO, 1973, p.92-94) entretanto só construída na primeira metade do século XIX, tanto assim que já aparece desenhado na Figura 8 ao lado do Hospital. Os litígios derivados da construção da fonte e chafariz demonstram um cotidiano urbano adensado que apresentava choque de interesses entre os atores sociais. A obra em si, além de se constituir num legado do juiz de fora, revela a necessidade de abastecimento de água limpa para a população da vila que já havia incorporado os riachos à área construída.

Figura 8. Chafariz de Cachoeira, em 1816.



Fonte: Arquivo Público Nacional _ Fundo:
Ministério do Reino – Código 57 _ map
1 _ CODAC _ 1816.

(12) Ampliando o olhar sobre as imagens, para além de aspectos pontuais, percebe-se uma ordenação do crescimento e priorização das obras nas calçadas e caminhos que articulavam a vila ao seu entorno, à rede regional e a outros destinos dos domínios coloniais portugueses. Várias são as referências, por exemplo, à circulação de tabaco pelas ladeiras, caminhos e porto da vila, como no termo de arrematação de obras de 25 de outubro de 1760 que solicitou o conserto de ladeiras e calçadas que sofreram avarias "por causa da inundação das águas do proximo passado inverno e frequencia continuada dos carros com a conducção dos tabacos"⁵. No mesmo sentido aconteciam as obras na ladeira atrás da Câmara que ligavam a sede da vila a Belém⁶.

Nesse sentido, a ação da Câmara ia para além da sede da vila e, no alcance espacial do longo termo, orientava obras que possibilitassem a circulação até o cais da sede, como na arrematação de 14 de dezembro de 1765 em que se encomenda o "concerto e dismorte dos caminhos que Seguem d'esta Villa pela estrada do Capueirussú até a freguesia de São Jozé a extrema d'esta Villa e A de São João de aguafria"⁷, obra necessária para "intulhar dismontar cortar ramos e disviar as águas e afastar páos de Sorte pondo os caminhos e estradas desimbaraçados e Sem esconsos de Sorte que não cause perigo aos viandantes depé e de cavallo e mais carroagens". A necessidade premente de manter as estruturas materiais por onde circulavam os fluxos da rede.

(13) O rio Paraguaçu aparece dominando a paisagem na iconografia do período (Figuras 1 e 3). A travessia do rio era uma necessidade constante no quotidiano das povoações às duas margens. Ainda que o principal porto e mercado estivessem em Cachoeira, era de São Félix que saíam os tropeiros em direção ao interior sul da capitania e para as minas. A ligação anteriormente era

⁵ Ibid., p.39.

⁶ Ibid., p.86-87.

⁷ Ibid., p.52.

feita por pequenas embarcações que cobravam pelo serviço, na segunda metade do século XVIII houve inclusive cobrança de imposto para a efetivação da ponte; a construção, entretanto só foi autorizada em 1816 a partir de um aviso régio que recomendava um consórcio com apoio da iniciativa privada. A realização enfim se deu em 1865 pela “Brazilian Imperial Central Bahia Railway Company Limited” no local proposto na Figura 3. Esse fato por si só dá pistas acerca da importância dos fluxos possíveis entre as localidades para o contexto regional. Ratifica-se que o objetivo da ponte retoma meados do século XVIII o que é um indício de fluxos contínuos que justificasse o empreendimento em tão volumoso rio e com intervenção direta da Coroa.

A grande escala das imagens não permite ver os caminhos que articulavam a rede com fluxos diversos, visto que diferentes escalas de análises mostram diferentes fenômenos. Ratifica-se que não há como entender essa dimensão urbana para aquele espaço-tempo sem entendê-la integrada a uma rede que determinava as suas funções intra e interurbanas.

(14) Na margem direita do rio Paraguaçu, em frente à vila de Cachoeira, estava o porto de São Félix. Esse porto tinha como função central escoar produção e ligar a vila de Cachoeira aos destinos dos sertões, minas e províncias do sul do Brasil. Ali também se estabeleceu paulatinamente uma estrutura para armazenamento e comercialização do tabaco.

Como síntese para o final do período estudado, utiliza-se a seguir de registros escritos no início do século XIX que tratam da dinâmica demográfica e espacial da vila de Cachoeira e região:

A primeira informação é de ordem demográfica, Spix e Martius (1916) afirmam ser Cachoeira, no início dos Oitocentos, "sem dúvida a mais rica, populosa e uma das mais agradáveis vilas de todo o Brasil. Numerosas vendas e armazéns cheios de vários artigos europeus revelam o alto grau de movimentação de seu comércio". Arnizáu (1998 [1825], p. 53) apresentou números mais exatos quando afirmou que "em 1804, tinha esta vila (Cachoeira) mil e oitenta fogos, oitocentos e noventa e quatro no bairro oriental, e duzentos e dois no ocidental", ou seja, na área urbana da sede da vila (bairro oriental) havia cerca de 4.500 a 5.000 pessoas (considerando cinco a seis habitantes para cada residência) e no porto de São Félix (bairro ocidental) com 1.000 a 1.200 habitantes. Rocha (2001, p.23), apoiada em dados de Von Martius, confirma esses números informando que, "em 1817, contava então com cerca de mil casas e mais de 10.000 habitantes, cheia de vendas e armazéns onde eram vendidos artigos europeus, onde se exportava para a Europa e África o precioso fumo, gerador de riquezas". Ainda sobre os dados demográficos, Vilhena (1969 [1802], p.461) apresentou a contagem das freguesias do Arcebispado da Bahia onde registrou que as vilas de Cachoeira e Santo Amaro só eram menos povoadas que Salvador, possuindo sede e termo de Cachoeira o total de 3.297 fogos e 26.980 almas, ou seja, a confirmação de uma região relativamente povoada para aquele período histórico do Brasil colonial e que tinha na nucleação urbana as maiores densidades demográficas e ajuntamentos populacionais em números absolutos do Recôncavo baiano.

Sobre a atividade comercial da vila e seu entorno, Arnizáu (1998 [1825], p.24) escreveu que pelo trecho navegável do rio Paraguaçu "transitava o fumo e o açúcar produzidos na região, tornando o porto da Cachoeira um dos mais movimentados, primeiro da Capitania, depois da Província da Bahia". Vilhena (1969 [1802], p.483), corrobora com o entendimento dessa centralidade escrevendo que "saem da vila de Cachoeira diferentes estradas, o que concorre muito para fazê-la famosa, pois que todas as minas e sertões se vem dar àquele porto."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises aqui desenvolvidas decorrem de leituras possíveis a partir de registros dos Setecentos que revelam a centralidade de Cachoeira no contexto regional e a sua articulação em rede com as outras formações urbanas e território do Recôncavo baiano. Ao longo do século XVIII formou-se uma incipiente rede urbana que ligava as vilas do Recôncavo da baía de Todos os Santos e a cidade do Salvador a partir de uma malha fluviomarítima e terrestre (caminhos internos). Destacavam-se nessa rede as formações urbanas que se localizavam nos pontos finais

da navegação fluvial dos mais caudalosos rios da região, dentre elas a vila de Cachoeira no último trecho navegável do rio Paraguaçu.

Assim, entende-se que o texto desse artigo, ainda que trate fundamentalmente da escala intraurbana, vai além desse foco espacial. A conjunção de informações iconográficas, cartográficas e documentais que retratam uma pequena vila no interior do Brasil Colonial possibilita interpretações sobre dinâmicas espaciais para além da morfologia e da escala local. Permite, inclusive, cotejar com temáticas mais abrangentes como a própria noção de urbanização portuguesa, a produção do espaço colonial e a própria função das unidades urbanas para aquele tempo e espaço.

A base documental é estruturante para estudos da Geografia Histórica e, por motivos evidentes, nem sempre essas fontes estão disponíveis para as pequenas cidades e vilas em tempos mais recuados na história, ainda mais com riqueza pelo caráter iconográfico e cartográfico. Encontrar esses dados para a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, fundada em 1697, além de possibilitar as análises desenvolvidas (e outras mais a serem produzidas em estudos futuros), mostra a centralidade dessa vila que comandava aquela rede interior.

Os dados e interpretações aqui apresentados deram visibilidade a alguns dos agentes de produção daquele espaço-tempo (comerciantes e mascates, roceiros, funcionários da Câmara e Cadeia, Juiz de Fora, clero regular e secular, além da genérica população daquele núcleo urbano), coerente com a metodologia já ensinada por Vasconcelos (1999) e aplicada em diversas outras obras, a exemplo de Vasconcelos (2002) e Andrade (2013). À luz dessa orientação metodológica fez-se aqui uma breve contextualização em diferentes níveis escalares (global, regional e local) para, a partir daí, analisar os processos espaciais vividos na vila de Cachoeira e, principalmente, para o texto aqui desenvolvido, sustentado em documentos de época, avaliar a morfologia espacial daquela localidade e a dinâmica daquele território colonial, confirmando a sua centralidade interior na incipiente rede regional comandada por Salvador no outro lado da baía de Todos os Santos.

REFERÊNCIAS

AHU (Arquivo Histórico Ultramarino). Representação da Câmara da Villa de Cachoeira, dirigida á Rainha contra o Juiz de fora Joaquim de Amorim Castro, ao qual accusa de factos graves no exercício das suas funções. Projeto Resgate, Baía, Fundo Eduardo Castro de Almeida, Doc.12533. Lisboa/Portugal, 17 jun.1787.

_____. Conta geral das receitas e despezas da Câmara da Villa da Cachoeira, nos annos de 1783 a 1788. Projeto Resgate, Baía, Fundo Eduardo Castro de Almeida, Doc.13429. Lisboa/Portugal, 1788.

_____. Representação da Camara da Villa da Cachoeira dirigida á Rainha, na qual pede a reconstrucção do edificio das cadeias e casas da Camara e o estabelecimento de um imposto de passagem no Peruassú, para desta forma augmentarem as escassas receitas camararias. Projeto Resgate, Baía, Fundo Eduardo Castro de Almeida, Doc.13425. Lisboa/Portugal, 18 jun.1789.

_____. Requerimento do Juiz e Irmãos da Irmandade de N.S. do Amparo dos homens partos, erecta na Igreja Matriz da villa de Cachoeira, no qual pedem a confirmação regia do seu novo compromisso. Projeto Resgate, Baía, Fundo Eduardo Castro de Almeida, Doc.14597. Lisboa/Portugal,1791.

_____. Carta do juiz de fóra da Cachoeira Joaquim de Amorim Castro, para Martinho de Mello Castro, no qual lhe offerece uma “Memória sobre a cultura do tabaco”, que termina com a descripção da villa de Cachoeira e a sua plantação e é ornada com diversas estampas. Projeto Resgate, Baía, Fundo Eduardo Castro de Almeida, Doc.14894. Lisboa/Portugal, 30 jun.1792.

_____. Representação de Antonio Paes Cardoso de Sá, a El-Rei, dizendo que as suas custas construíra o cais de cachoeira, com grande despesa, e pedindo que, para ter lucro, obrigue S.M. os pescadores a venderem ali seu pescado. Anais da Biblioteca Nacional. V. 68. 704- II 34 6 47, microfilme 54, Doc. 15, s/d [meados do século XVIII].

_____. Requerimento do Juiz e Irmãos da Irmandade do SS. Sacramento, erecta na Matriz da villa da Cachoeira, no qual pedem que fosse mantido o seu antigo privilégio de exigirem que os seus irmãos sacerdotes pagassem as dividas á Irmandade com os seus serviços. Projeto Resgate, Baía, Fundo Eduardo Castro de Almeida, Doc.21606. Lisboa/Portugal. s/d [século XVIII].

_____. Aviso do [secretário de estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao presidente do Conselho Ultramarino, conde de Resende, D. António José de Castro remetendo a petição dos irmãos da Ordem Terceira dos Cordigeros da Penitência, da vila de Cachoeira solicitando confirmação do compromisso da referida Ordem. Projeto Resgate, Baía, Fundo Avulsos, Doc.14785. Lisboa/Portugal,1798.

ANDRADE, A. B. O outro lado da Baía. A gênese de uma rede urbana colonial. 1. Ed. Salvador: EDUFBA. 2013.

APN (Arquivo Público Nacional). Mapa 1. Fundo Ministério do Reino – Código 57. CODAC, 1816 [[Mapa com detalhamento de Cachoeira e São Félix. Acompanhou um pedido para a construção da ponte que ligaria as duas localidades. A referência à ligação diz que ela era feita em 1755 em embarcações por “dez réis ida e volta”].

ARNIZÁU, J. J. de A. Memória topográfica, histórica, comercial e política da Vila da Cachoeira da Província da Bahia. Salvador: Fundação Maria América da Cruz: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998. [Escrita em 1825].

FILHO, A. S. (org.). Termos de arrematação de obras da Cachoeira: 1758-1781. Estudos Baianos, n.8. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1973,

MATTOSO, K. M. de Q. Da revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.

NARDI, J. B. O fumo brasileiro no período colonial. São Paulo: Brasiliense, 1996.

REIS FILHO, N. G. Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial. São Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

ROCHA, N. M. D. Cachoeira e Cachoeiranos: uma bibliografia. São Francisco do Paraguaçu / Cachoeira (Ba): Centro Cultural João Antônio de Santana, 2001.

SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P. Através da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916. [BPEB/SORV; IGHB].

UFBA/IPHAN (Universidade Federal da Bahia / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Introdução ao estudo da Evolução Urbano (Plano urbanístico de Cachoeira). Salvador: Universidade Federal da Bahia: Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia, 1976.

VASCONCELOS, P. de A. Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. In: VASCONCELOS, P. de A.; SILVA, S. B. de M. (org.) Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira. Salvador: UFBA/Mestrado em Geografia, 1999, p.191-201.

VASCONCELOS, P. de A. Salvador: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.

VILHENA, L. dos S. A Bahia no Século XVIII. v. 1. Salvador: Editora Itapuã, 1969. [1.ed. 1802].